

OS REBATIMENTOS DO PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NESSE CONTEXTO.

Adriana Pereira Bento¹

RESUMO

Este artigo propõe uma análise crítica dos elementos que conformaram historicamente a Política Nacional de Educação no Brasil desde os anos de 1980 a contemporaneidade, pensando a proposta do tripé ensino, pesquisa e extensão, visto que, foi na transição da década de 1970 à de 1980, que se deu a construção do projeto ético-político do Serviço Social. Nesse sentido, esse estudo se faz relevante, partindo-se do entendimento de que a educação venha a ser um instrumento de emancipação dos sujeitos políticos e não como mercadoria, alienação e subordinação dos mesmos a interesses mercadológicos, como vêm sendo tratada atualmente na ordem do capital.

Palavras-chave: Educação, Desenvolvimento, Serviço Social.

ABSTRACT

This article proposes a critical analysis of the elements that shaped historically the National Policy on Education in Brazil since the 1980s to contemporary times, thinking the proposal Tripod teaching, research and extension, as was the transition from the 1970 will of 1980, which gave the building the ethical-political project of Social Work. In this sense, this study is relevant, it being understood that education will be a tool of emancipation of political subjects and not as a commodity, alienation and subordination of the same market interests, as they are being treated currently in the order of capital.

Keywords: Education, Development, Social Work.

INTRODUÇÃO

Discutir a educação no contexto de mercantilização das políticas sociais e seus rebatimentos no processo de formação profissional em Serviço Social é de suma importância, à medida que se entende que a demanda por esses profissionais se expressa prioritariamente devido ao acirramento das contradições existentes e cada vez mais complexa da sociedade capitalista.

Para a autora compreender a trajetória da educação superior no Brasil em seu processo de desenvolvimento faz-se necessário, visto que, dá subsídios para compreender os limites que os docentes e discentes - aqui especialmente em Serviço Social - vêm enfrentando na defesa da permanência de uma educação de qualidade pautada no tripé ensino, pesquisa e extensão, orientada numa teoria social crítica, que permita pensar a educação na perspectiva de transformação e emancipação dos sujeitos políticos e da realidade social, ainda que sejam

¹ Assistente Social graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF/MG. Mestranda do Programa de Pós – Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense – UFF/RJ.

imprescindíveis conhecimentos técnico-operativos necessários para uma intervenção profissional qualificada.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO, PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO NO CENTRO DESSA CONTRADIÇÃO.

Compreender as contradições inerentes ao Serviço Social é, sobretudo, um pré-requisito para situá-lo como partícipe na reprodução das relações de classes e as contradições postas nessa relação de produção e reprodução da vida material na sua totalidade, o que a torna uma profissão de caráter mediador na luta de classes, quando se entende que não é possível conciliar interesses antagônicos.

Assim, já se pensando o processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social, em que “este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional” (NETTO, 1999, p. 01), em que desde o início dos anos de 1960, onde o Brasil se tornava um país “mais democrático”, se podia verificar naquele período uma maior participação da sociedade civil nos direcionamentos dados à política, haja vista, que havia uma abertura à participação de diferentes organizações sociais.

Vale lembrar, que tais organizações, compostas por estudantes, trabalhadores e movimentos populares conquistaram notoriedade em um curto espaço de tempo, causando preocupação nas classes conservadoras que temiam que o país se voltasse para o lado socialista.

E é nesse contexto, que se tem um recorte desse processo “democrático” na manhã de 1º de abril de 1964, onde se instaurou a Ditadura Militar após um golpe de Estado pelos militares que controlou o poder político por cerca de 20 anos e disseminou o “terrorismo” em toda a sociedade por esse longo período. Em se tratando de educação, pode-se dizer que a mesma tornou-se prioritária para o regime, ganhando dimensões políticas não antes consideradas, uma nova necessidade se apresentou para a concretização da “filosofia” educativo-institucional almejada pelo governo: “o regime autocrático burguês começou a instaurar o seu “modelo educacional” congruente com a concretização do seu “modelo econômico”. (NETTO, 1996, p. 59)

Os resultados globais dos direcionamentos dados à política de educação do governo ditatorial serviram como importantes fatores que permitiram a consolidação do regime, uma vez que concomitantemente à inserção no mercado de trabalho de profissionais qualificados e semi qualificados que “asseguravam tanto a força de trabalho necessária quanto a excedente” (idem, p. 64), garantiu-se a neutralização do sistema educacional como topos de problematização e críticas societárias.

No que diz respeito ao Serviço Social, o mesmo não passou imune a esse período, visto que, segundo Netto (1999), desde a segunda metade dos anos sessenta com o movimento de reconceitualização na América Latina, o Serviço Social passou a problematizar essa prática conservadora, dando os primeiros sinais de um movimento contrário aquele conservadorismo, exercida por uma tecnoburocracia civil sob tutela militar a serviço do grande capital.

Dessa forma, após esse longo período de Regime Militar, o país entrou no processo de redemocratização nos anos de 1980, cuja organização dos movimentos sociais² desencadeou na conquista de direitos sociais até então não existentes, resguardados pela Constituição Federal de 1988. Contudo, simultaneamente, junto ao período de redemocratização do Brasil, houve também retrocesso dos direitos, a pouco conquistados, com a introdução da doutrina Neoliberal nos anos de 1990.

Conforme Neves (1994), nos anos de 1980 com as mudanças ocorridas no âmbito social, político e econômico no Brasil, representantes da Classe Trabalhadora e do Capital entraram na disputa para decidir qual seria o papel da educação para a sociedade civil e garantir a hegemonia da mesma, pautado no projeto de sociedade que cada grupo de representantes defendia. Essa disputa se travou, tendo em vista que a educação passou a se configurar como uma política social do Estado com a Carta Magna de 1988, consubstanciando-se em direito social, em direito de cidadania, de pertencimento a uma ordem jurídico-política democrática. Nesse sentido, a ela foi atribuído, então, um papel na qualificação para o trabalho, passando a ter o sistema educacional brasileiro, em nível constitucional, um papel econômico definido.

Entretanto, a qualificação para o trabalho se restringiu a uma formação profissional fragilizada, visto que a organização dos trabalhadores no sentido de exigir do Estado uma

² Outro importante movimento foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como o “Congresso da Virada” em 1979, onde os segmentos mais dinâmicos do corpo de profissionais vincularam-se ao movimento dos trabalhadores e, rompendo com o domínio do conservadorismo, conseguiram assim instalar a dinâmica do pluralismo político no Serviço Social.

formação profissional adequada às novas exigências do mercado, não aconteceu, mesmo com o momento de efervescência dos movimentos sociais que o país vivenciava por conta do período de redemocratização na década de 1980. De acordo com Neves (1994), o sistema escolar não oferecia os conteúdos necessários à formação de trabalhadores cidadãos condizentes com a atualidade.

Ainda segundo a autora, para os setores progressistas, a educação foi vista como elemento de transformação social, já para os setores representantes do empresariado como um instrumento de subordinação aos seus interesses econômicos. Vale destacar que desses confrontos que se travaram pela hegemonia da educação, tanto na ótica do capital como na ótica do trabalho, resultaram interferências na definição da política educacional do Estado, no Brasil de hoje, que serão tratadas no decorrer desse estudo.

Em se tratando do âmbito do Estado, as propostas educacionais nos anos de 1980 se deram na luta do CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação - e UNDIME - União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação - por uma educação nacional segundo os princípios de democracia e universalidade. Várias foram às assembleias, encontros, discussões a fim de chegar ao que era esperado pelos representantes progressistas: um ensino público, gratuito e universal.

No entanto, conforme afirma Neves (1994), por não explorarem em profundidade a relação entre educação e trabalho no Brasil contemporâneo, o CONSED e a UNDIME não conseguiram construir uma proposta educacional que objetivasse a cidadania plena do conjunto de trabalhadores brasileiros, já sendo prejudicados com a política neoliberal nos anos de 1990, que veio a todo “vapor” desestruturar todas as possibilidades de transformação na sociedade brasileira, que será tratado posteriormente, lembrando que a educação não se encontra isolada da disputa entre projetos societários, mas torna-se elemento primordial nessa debate.

2.1 A EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1990: INSTRUMENTO DE EMANCIPAÇÃO OU MERCADORIA?

Com a entrada do Brasil nos anos de 1990, novas mudanças podem ser verificadas em todos os âmbitos da vida em sociedade, que partindo do mandato de Fernando Henrique Cardoso³ tem-se a aprovação do documento “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do

³FHC – As iniciais FHC passarão a identificar Fernando Henrique Cardoso.

Estado”, que defendia como tese central a “crise do Estado”, associando-a aos modelos de desenvolvimento adotados pelos governos passados. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado colocou que o Estado devia estar fora do setor produtivo e usou do argumento de excesso do Estado na esfera produtiva para justificar a deterioração dos serviços públicos. É a tese de que o Estado teria que cuidar da área social, do bem comum, como se ao afastar-se da economia, ele aumentasse sua capacidade de gestão na área do desenvolvimento social.

Porém, apesar dos avanços legais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, o nível de investimento do governo na área social ficou aquém do necessário dado a existência de um conjunto de demandas sociais não atendidas.

Desta maneira, Costa, (2006, p. 168) afirma que:

A perversidade das políticas liberalizantes e privatizantes sobre a geração de empregos, aliadas às altas taxas de juros, vistas como atrativo para o capital financeiro externo, bem como a incapacidade de melhorar as contas públicas, mostraram exatamente o contrário, a situação de pobreza e exclusão social de grande parcela da população.

Em linhas gerais, vê-se que no Brasil o discurso neoliberal se viu introduzido objetivamente após as duas últimas eleições presidenciais (1989 e 1994). Inicialmente, com o governo de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e FHC, que apoiados pela elite empresarial e pela mídia, consolidaram uma direção política das classes dominantes no processo de enfrentamento da crise brasileira, cujas medidas se deram na ampliação de políticas anti-inflacionárias, retomada do crescimento econômico, inserção do Brasil na economia internacional e iniciativas neoliberais de desmonte do Estado.

Essas medidas se deram a partir da privatização do patrimônio nacional, desregulamentação das leis trabalhistas e do mercado de trabalho, aumento da produção a privatização de empresas estatais e o corte dos direitos sociais dos trabalhadores, garantidos na Constituição de 1988.

No campo da educação, o posicionamento não fora distinto das resoluções anteriormente destacadas. Frente ao posicionamento político-econômico aderido, nos anos 90, o Banco Mundial – fundamentado na formulação ideológica de “sociedade do conhecimento” e deparando com os custos sociais alarmantes do processo de ajuste estrutural nos países periféricos – reforçou o discurso de que a educação é o principal meio de os países pobres alcançarem o patamar superior da globalização (PEREIRA, 2008).

Assim, conforme foi exposto anteriormente, no que diz respeito à política de educação superior: o governo Collor, iniciado em março de 1990 sendo o precursor do projeto neoliberal no país, desenvolveu um modelo de financiamento para as Instituições federais de

ensino superior (IFES) com base no esquema de gestão desenvolvido nas empresas privadas, cujos recursos eram viabilizados mediante a utilização de critérios indicadores de desempenho e produtividade. Em 1992 diante das denúncias de corrupção, Collor sofreu um processo de impeachment sendo substituído pelo seu vice Itamar Franco que deu continuidade a direção privatista de seu governo.

Verificou-se que no campo da educação superior durante o governo de Itamar Franco, foram desenvolvidas ações que viabilizaram a implantação do ensino superior à distância no país, visto que houve nesse período a assinatura do protocolo entre MEC e Ministério da Comunicação almejando a criação de um sistema nacional de educação à distância.

Em suma, pode-se inferir que tanto no governo de Collor quanto de Itamar o direcionamento dado à política de educação superior no Brasil fortaleceu o processo de mercantilização do ensino que foi desencadeado nos anos 1960 e aprofundado, sobretudo, durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Dessa forma, nota-se que a entrada do país na década de 1990 foi marcada pelo agravamento da precarização do ensino superior, em decorrência do processo de mercantilização e privatização do mesmo.

Vale salientar, que no governo de FHC, apesar da coação de ordem econômica e política ditada pelo projeto neoliberal, têm-se a hipótese de que a política pública direcionada ao ensino superior não foi resultado exclusivo da intervenção dos organismos multilaterais⁴, haja vista que as exigências do Banco Mundial⁵ (BIRD) ⁶ influenciaram, parcialmente, a política pública para o setor.

Contudo, mesmo sem total influência sobre as decisões a serem tomadas pelo governo, o Banco Mundial é dentre os órgãos internacionais que mais exercem influência sobre a educação superior no país, que desde 1996 já contava com 176 países membros, e seus empréstimos passaram de 500 mil dólares, em 1947, para cerca de 24 bilhões, em 1993 e em 1994 financiou cerca de 3.660 projetos pelo mundo. Ou seja, nota-se a dependência que o Brasil estabeleceu com essas instituições a partir dos anos 1990, que se utilizam do argumento de que estão promovendo igualdade social e superação das diferenças, quando na realidade a perspectiva é de se acumular mais capital e manter o controle da questão social.

⁴Organizações internacionais formadas por diversos governos nacionais com a finalidade de promover determinado objetivo comum aos países membros, a exemplo de Onu, Unesco, Unicef, FMI, Bird, Opas e OMS. **Fonte:** Portal Gestão Social (<http://www.gestaosocial.org.com.br>)

⁵O Banco Mundial passou a exigir reformas educacionais na América Latina, com mais recursos para o ensino fundamental, reforma da formação tecnológica e privatização do ensino superior.

⁶BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

Logo, considerando a proposta neoliberal, o governo de FHC utilizou-se de críticas essencial referente à Universidade brasileira, no intuito de realizar reformas condizentes com o projeto neoliberal. Nesse sentido, o governo de FHC alegou que a Universidade pública era ineficiente, inadequada ao mercado de trabalho, como resultado do modelo concebido pela reforma universitária de 1968 - esta que estabeleceu a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; propondo assim, a reformulação desse modelo de Universidade até então existente. Dessa forma:

Não houve documento oficial único - como a Lei nº 5.540/68 - que refletisse uma reforma do ensino superior, mas uma série fragmentada de textos legais, projetos e programas. Isto ocorreu como uma estratégia governamental para o enfrentamento parcial de problemas e de adversários. (CUNHA, 2003 apud CARVALHO, 2005, p. 3).

Vale ressaltar, que a principal iniciativa legislativa implementada foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 1996, após oito anos de longa tramitação no Congresso Nacional. Conforme Saviani (1997), essa lei foi formulada em sintonia com a orientação política dominante. Naquele momento as iniciativas da política educacional buscavam reduzir custos e encargos, além de transferi-los para as iniciativas privadas e as organizações não governamentais. A interação dos atores políticos e os conflitos de interesses resultaram na produção de um texto que, em linhas gerais, combinava a coexistência entre instituições públicas e privadas de ensino e a manutenção da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Todavia, não foi possível evitar que a política concretizasse o sucateamento do segmento público, devido à redução drástica do financiamento do governo federal e à perda de docentes e de funcionários técnico-administrativos, associados à compressão de salários e orçamentos. A situação tornou-se mais crítica, pois o crescimento da produtividade ocorreu através da abertura de turmas no período noturno e do aumento de alunos em sala de aula, sem a reposição adequada do quadro funcional.

Para agravar ainda mais a rede pública estadual e federal, tem-se o problema dos excedentes, cuja questão não é a ausência de vagas para entrada no ensino superior, mas a escassez de vagas públicas e gratuitas, uma vez que a relação candidato/vaga nestas instituições tem aumentado de forma significativa.

Conforme Carvalho (2005), neste contexto, o programa crédito educativo (FIES) - recomendado de forma recorrente pelo Banco Mundial - direcionado aos alunos de baixa

renda deixou de ser uma alternativa viável, face à defasagem entre o aumento da taxa de juros do empréstimo e a taxa de crescimento da renda do recém-formado, combinada à elevada taxa de desemprego na população com diploma de terceiro grau. Em resumo, a política pública para o ensino superior, principalmente no segundo mandato de FHC, pareceu indicar maior aproximação com os preceitos neoliberais, mostrando incoerência entre o discurso e a prática política.

Assim, dando continuidade ao processo de mercadorização da educação brasileira, chega-se ao governo de Luis Inácio Lula da Silva 2003 - 2010 que tem como programa de destaque dentro da política de educação de seu governo, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI).

No que se refere ao Programa Universidade para Todos (PROUNI), esse surgiu acompanhado por um discurso de justiça social, sob o argumento da democratização do ensino. Tal programa foi criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. Voltado às instituições privadas, o PROUNI tem como finalidade conceder bolsas de estudos (parciais e integrais) aos estudantes de baixa renda, para que os mesmos possam dar continuidade em seus estudos frequentando cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior.

Dirigido “aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública e da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010), esse programa vem contribuindo para o cumprimento de uma das metas do Plano Nacional de Educação que é a expansão do ensino superior no Brasil e a garantia de acesso da grande maioria de brasileiros a esse grau de ensino.

De acordo com os dados do Ministério da Educação, desde sua criação em 2005 até o primeiro semestre de 2010 o PROUNI permitiu que cerca de 164.596 mil estudantes brasileiros ingressassem no ensino superior por meio das escolas privadas, haja vista que foram disponibilizadas milhões de bolsas de estudos parciais e integrais em todo território nacional.

Mediante a isso, cabe-nos indagar até que ponto esse programa é favorável à política de educação superior no Brasil, já que sabemos que, segundo Ferreira (2009), a verdadeira intenção do governo ao criar programas como o PROUNI não é expandir nem garantir o

acesso da maioria a uma educação superior de qualidade, pública e gratuita e sim investir no mercado privado de ensino e aumentar os índices estatísticos da educação superior no país.

Vale ressaltar aqui, que se tem a compreensão de que existem instituições privadas com formação de excelência, mas a questão aqui levantada é o lugar da educação compreendida como um direito o que não tem sido considerada atualmente pelo Estado na ordem do capital.

Nesse sentido, pensando o PROUNI criticamente o mesmo parece ter promovido uma política pública de acesso, mas não de permanência e conclusão do curso, orientando-se por uma concepção assistencialista, nos moldes das recomendações do BIRD, que oferece benefícios e não direitos aos egressos do ensino médio público. Isso se faz entendível à medida que no programa, o MEC concedeu, a partir de 2006, bolsa de permanência de R\$ 300,00 para as despesas de transporte, alimentação e material didático aos beneficiários que estudassem em tempo integral. “A iniciativa é importante, mas insuficiente, não apenas em termos monetários, mas por seu grau de abrangência, uma vez que atingiu 4.500 alunos, cerca de 2%, do total de bolsistas de 203.516, nos anos de 2005 e 2006” (CARVALHO, 2005, p. 9).

O ingresso dos alunos de baixa renda a esse programa ocorre mediante um processo seletivo que leva em consideração os resultados obtidos pelos mesmos no Exame de Avaliação do Ensino Médio – ENEM. Dessa forma, segundo o Ministério da Educação, conjuga-se “a inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos”. Logo, esse sistema de seleção informatizado e impessoal, “confere transparência e segurança ao processo”. Mas, até que ponto esse processo seletivo demonstrará ser um meio de avaliação “justo”, se o que observamos a cada dia é uma deterioração do ensino público no país? Como continuar conjugando a inclusão ao ensino superior à qualidade e mérito dos estudantes com melhor desempenho acadêmico, se as condições para que isso ocorra estão cada vez mais lhes sendo negadas?

Dando sequência à Política Educacional voltada para os interesses de mercado, o governo Lula, mediante a divulgação de dados estatísticos sobre a falta de vagas nas Universidades públicas e as taxas relativamente altas de evasão no ensino superior, já em seu segundo mandato, lançou os Decretos Nº. 6.096/07 - que institui o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) - e 6.095/07 - que criou os institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs - criados pelo Plano

de Desenvolvimento da Educação (PDE⁷), cujo objetivo é o de duplicar a oferta de vagas no ensino superior público.

Com o objetivo de aumentar o acesso ao ensino superior público, o governo federal utilizou o discurso de que a estrutura física da Universidade e os recursos humanos estariam sendo subutilizados, dessa forma o REUNI trouxe como meta global: o aumento da taxa de conclusão média de noventa por cento nos cursos presenciais e a relação de dezoito alunos de graduação por professor.

Com essas determinações o governo deixou claro o objetivo da formação em massa, que poderá resultar em uma “aprovação automática” sem se preocupar com os critérios de qualidade necessários à formação plena do corpo discente, além de contribuir com a precarização das condições de trabalho e com a ausência de contratação de novos professores.

De acordo com o ANDES, (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) ao analisarem os o art.7º⁸ relacionado ao financiamento a ser destinado às Universidades, é possível verificar que não há novas verbas e sim uma proposta de redistribuição dos recursos existentes no orçamento do MEC. Cabe ainda salientar que o REUNI está vinculado ao plano de aceleração do crescimento (PAC), o qual preconiza para a próxima década a limitação da folha de pagamento ao estabelecer que os gastos com pessoal nas Universidades públicas não poderá crescer além de 1,5%/ano.

Diante desse cenário, podemos inferir que o REUNI tem promovido uma divisão das Universidades públicas, que oferecem alguns cursos para a massa e outros para a elite, nesse contexto, segundo Ferreira, “para a maioria dos alunos, é oferecida uma educação baseada apenas no ensino. Uma minoria deles, após um breve curso geral, poderá se especializar e, então, entrar em contato com a Pesquisa e a Extensão”. (Ferreira, 2009, p. 40)

Essa proposta de ensino nas Universidades é também alvo de críticas, pelo fato de ter se baseado no modelo de ensino superior norte americano, sem levar em consideração as particularidades do nosso país. Assim, conforme exposto anteriormente, é importante destacar que a crítica a respeito do REUNI se faz pelo não compromisso do governo Lula e aqui já citando o governo Dilma, com uma educação de qualidade, como afirma Pereira (2009) “o

⁷O Plano de Desenvolvimento da Educação do governo Lula é um conjunto de decretos, projetos de lei, resoluções e portarias que se refere à educação em geral. (FERREIRA, 2009).

⁸As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

discurso da democratização do ensino superior no governo Lula voltou-se para um processo de certificação e não de formação qualificada de novos profissionais”.

Ainda no governo Lula, pode-se destacar o reforço na Universidade pública, da lógica da mercantilização, a partir das parcerias público-privadas, onde tanto o público pode investir no privado, quanto o privado no público. Conforme Cunha (1989), os subsídios estatais nas Universidades privadas, no início da República não eram empregados na mesma proporção dos dias atuais, estes eram destinados em sua maioria à construção de prédios para o funcionamento dos cursos privados, além disso, nesses cursos bibliotecas eram construídas a partir de doações, e os estudantes que ingressavam nas faculdades privadas podiam pagar as mensalidades até a conclusão do curso.

Essa realidade passou a mudar, sobretudo com a crise do chamado milagre econômico na década de 1970, que afetou a qualidade de vida da maioria dos trabalhadores, tendo em vista, o aumento da inflação. De acordo com Cunha, “com a redução dos salários pela inflação, situação agravada por sucessivas ondas de desemprego, tem-se verificado crescente proporção de abandono de cursos pelos estudantes das faculdades privadas, bem como redução do número de candidatos aos exames de admissão a essas instituições” (CUNHA, 1989, p. 42).

Diante dessa situação, o governo federal criou um programa, denominado de crédito educativo, onde as organizações bancárias tiveram a autorização para utilizar parte dos recursos estatais, que deveriam ser depositadas no Banco Central, para o financiamento das mensalidades cobradas nas instituições privadas, que seriam reembolsadas pelos estudantes, até o final do curso.

Frente essa realidade de subordinação das Universidades públicas aos interesses mercadológicos, o governo tem utilizado o discurso de que a desresponsabilização do Estado em relação à educação superior, permite uma maior autonomia das Universidades para que as mesmas busquem financiamento, através do mercado⁹. Mas, cabe ainda destacar que a grande parcela da população responsável pelo financiamento das Universidades públicas é prejudicada, à medida que o retorno do conhecimento produzido nas Universidades e as pesquisas geradas têm sido cada vez menores. Ainda no que tange a educação no governo de

⁹Conforme o Banco Mundial as universidades públicas devem gerar 30% de suas necessidades totais de recursos. (YACOUN, 1997)

Luis Inácio Lula da Silva, foi instituída em 2006, a Universidade Aberta do Brasil (UAB)¹⁰, que congregou as Universidades públicas ao ensino à distância. “O Sistema UAB foi instituído pelo decreto 5.800, 8 de junho de 2006, para o desenvolvimento da modalidade de educação à distância, com finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país” (Ministério da Educação, 2008).

O EAD vem se legitimando em uma sociedade que exige cada vez mais qualificação, tendo em vista a competitividade no mercado de trabalho. Além de se apoiar, no argumento de que traz a oportunidade de acesso ao ensino superior àqueles que têm dificuldades, seja pela falta de tempo, de dinheiro, pela ausência de cursos em cidades de menor porte, dentre outros. Iamamoto (2008) afirma que “o estímulo ao EAD é um incentivo para a ampliação da lucratividade das empresas educacionais” – o que vem comprometendo uma formação universitária com qualidade.

Entendo que o ensino à distância compromete a qualidade da formação, á medida que não permite a troca de conhecimentos entre alunos e professores, através de discussões coletivas onde todos têm a possibilidade de expor suas dificuldades, críticas e apreensões, além de não permitir a participação dos alunos nos projetos de Pesquisa e Extensão, pois pela nossa experiência sabemos que essas atividades contribuem para o desenvolvimento de um olhar crítico e investigativo sobre a realidade, assim como a capacidade de se trabalhar em equipe, enriquecendo a formação pelo contato com bolsistas de diferentes áreas e pela troca mútua de conhecimentos entre os alunos e a comunidade para onde são direcionados os projetos de Extensão.

É nesse sentido, que dando prosseguimento, tem-se a posse da presidenta Dilma Rousseff em janeiro de 2011, cuja proposta para educação perpassa os moldes do governo Lula. Segundo dados da União previstos para 2012, 47,19% do PIB têm sido destinado a pagamentos de juros e amortizações da dívida, enquanto que 3,18% do PIB destinado à educação.

Assim, se percebe o discurso contraditório do governo quando diz que o Brasil está em pleno crescimento, estimulando assim o consumo, concedendo incentivos fiscais, como a isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) às empresas. Ou seja, deixando de receber milhões em impostos e isentando as empresas de pagá-los. Enquanto que num quadro

¹⁰A Universidade aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior, por meio do uso da metodologia da educação à distância.

de greve, como esta última dos servidores das universidades federais que durou quase quatro meses (maio a setembro de 2012), o governo diz que não pode conceder o reajuste salarial reivindicado por causa da crise na Europa, alegando que o aumento nos gastos públicos pode quebrar a economia brasileira. Ou seja, o governo tem gasto mais com banqueiros e empresários do que com a Educação e seguridade social em 2012 (Previdência Social: 18,22% do PIB, Saúde: 3,98 do PIB e Assistência Social: 2,55% do PIB).

Nesse sentido, entende-se que a indissociabilidade do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão não foi e nem tem sido prioridade para os governos, que vem dismantelando a permanência do tripé no ensino superior. Subentende-se assim, que o mesmo não prioriza uma formação profissional de qualidade, fortalecendo a concepção de educação enquanto instrumento de apoio ao capital, deixando de lado seu papel social e político na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que à medida que o capitalismo se utiliza da educação enquanto meio de lucratividade, a educação em seu sentido mais amplo, fica a margem e consequente a isso tem-se o direito a ela cada vez mais restrito e seletivo. Isso se percebe quando refletimos sobre a história da mesma em nosso país e qual o lugar que ela ocupa nos projetos de governo, onde se torna sem dúvida bastante contraditório, tanto no discurso como na práxis.

Isso se observa quando os governantes enfatizam a educação superior como um bem público imbuído de função social, mas, ao mesmo tempo, justifica, constantemente, seu gasto por trazer um retorno econômico futuro à sociedade, nos moldes da lógica do investimento em capital humano, enfatizada nos documentos do BIRD. Em se tratando o projeto ético-político do Serviço Social, a cultura do neoliberalismo é uma ameaça real à implementação, visto que, “do ponto de vista neoliberal, defender e implementar este projeto ético-político é sinal de “atraso”, de “andar” na contramão da história” (NETTO, 1999, p. 19).

Diante do que foi retratado acerca do ensino podemos inferir que a educação no Brasil, especialmente no que tange a educação no ensino superior, vem se conformando como sistema extremamente excludente e desigual em diferentes épocas de sua implantação e efetivação, visto que uma de suas principais características é a dualidade do ensino que estabeleceu uma diferenciação entre o ensino voltado às elites e os destinados às camadas populares. Dessa forma, pensando-se o projeto ético-político do Serviço Social, Netto (1999) destaca que, a preservação e o aprofundamento deste projeto, nas condições postas na contemporaneidade dependem seguramente da vontade majoritária do corpo profissional,

assim como do fortalecimento do movimento democrático e popular, efetivando-se a emancipação dos sujeitos sociais, com o pleno acesso a uma educação, gratuita, de qualidade e universal.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. **A Cultura brasileira**. 4º edição. São Paulo: Cortez, 1953

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. 3º ed. – São Paulo: Cortez, 2007

BRASIL. Brasília/ DF. Câmara dos Deputados. Relatório Final do Projeto de Lei Orçamentária para 2012, Lei nº28/2011, 22/12/2011. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2012/rel_final/rel_final_adendo01.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2012

CARVALHO, C. H. A. **A política para o ensino superior no Brasil 1995: ruptura e continuidade na relação entre público e privado**. CNPQ, 2005. Disponível em: <http://www.apufpr.org.br/artigos/2007/20070914_artigo.pdf>. Acesso em 19 de nov. 2009.

COSTA. B.S. **O Ensino Superior na Ditadura Militar brasileira: um olhar através da “Revista MEC”**. 2009. Dissertação (Mestrado em História)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível em : <<http://tede.pucrs.br/tdebusca/arquivo.php?cod=Arquivo2009>>. Acesso em 12 de set. 2009

CUNHA, J.D. **A política educacional da ditadura civil militar brasileira e a nossa Reforma Universitária de 1968: aportes teóricos metodológicos para um estudo de caso sobre a reestruturação da UFRGS**. Disponível em: <<http://ceamecim.furg.br>>. Acesso em 20 de out. 2009.

FERREIRA, D. S. M. M. **A Reforma de Educação Superior do governo Lula e seus impasses para a Formação Profissional do Assistente Social**. 2010. Projeto de dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**, 19 ed. São Paulo: Cortez , 2006

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. P. **A Construção do projeto ético-político do Serviço Social**. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf>. Acesso em: 01 de out. 2012.

_____. **Ditadura e Serviço Social:** Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NEVES, L. M. W. **Educação e política no Brasil de hoje.** São Paulo: Cortez, 1994

PEREIRA, L. D. **Educação e Serviço Social** – Do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008

SAVIANE, D. **A nova lei da educação:** trajetórias limites e perspectivas. Campinas. São Paulo, 1997.

SAVIANNI, D. **Percorrendo os caminhos da educação.** Educ. Soc. Campinas. vol. 23, n. 81, p. 273-290, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 15 de set. 2009

SINDJUNFEMS – Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União em Mato Grosso do Sul. Distribuição do Orçamento da União crise na Europa não justifica política de arrocho do governo. Disponível em: <http://sindjufems.org.br/portal/todas-as-noticias/2110_crise-na-europa-nao-justifica-politica-de-arrocho-do-governo>. Acesso em: 19 de outubro de 2012.

YACOUN, Leila Baumgratz Delgado. **Flexibilização e Participação: novas palavras de ordem do capitalismo globalizado?** (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1997